

O TRABALHO DA MULHER NA CADEIA PRODUTIVA DA PESCA ARTESANAL

Marina Morenna A. Figueiredo*
Orientadora: Catherine Prost**

Resumo:

A análise aqui adotada é fundamentada em estudos realizados nas comunidades pesqueiras do município de Canavieiras–BA, sobre a participação das mulheres na pesca artesanal. De fato, as conquistas da mulher em relação à sua inserção no mercado de trabalho trouxeram novas questões e reflexões sobre a produção nas comunidades pesqueiras onde o trabalho da mulher ainda é marcado pela invisibilidade e pela falta de reconhecimento na categoria. O trabalho da mulher, muitas vezes, é visto como uma extensão do seu papel de mãe/esposa/dona de casa que se superpõe à atividade pesqueira. Não raro, o beneficiamento do pescado feito pelas mulheres pescadoras, mesmo acrescentando valor ao produto final, é tido pelos pescadores e pescadoras como uma extensão das tarefas domésticas, uma vez que é realizado no domicílio das pescadoras.

Palavras-chave: Mulher. Trabalho. Pesca artesanal.

WOMEN'S WORK IN THE ARTISANAL FISHING PRODUCTIVE CHAIN

Abstract:

The analysis here developed is based on studies focusing on women's participation in artisanal fishing, conducted in communities of the county of Canavieiras – BA. Women's achievements regarding their insertion in the labor market have raised new issues and questions as to the production process in fishing communities, where women's work is still marked by its invisibility and lack of recognition within the fishing category. Quite often, women's work is regarded merely as an extension of their roles as mothers/wives/housewives which are superimposed upon their fishing activities. In many cases, for instance, the preparation of the fish by the women, for marketing purposes, even when adding value to the product, is regarded by both fishermen and fisherwomen as an extension of domestic tasks, precisely because is undertaken within the realms of their own homes.

Keywords: Women. Work. Artisanal fishing.

* Mestre em Geografia e Bacharel e Licenciada em Geografia na Universidade Federal da Bahia (UFBA). Pesquisadora da Rede de Estudos de Geografia – Gênero – Sexualidades da América Latina/Geography, Gender and Sexualities Studies Network of Latin America (REGGSAL). É também pesquisadora do grupo de pesquisa COSTEIROS, desenvolvendo estudos em dois projetos de pesquisa: MARENA e Gestão territorial e conflitos ambientais nas reservas extrativistas marinhas da Bahia.

** Professora orientadora. Possui mestrado (DEA) em Géopolitique – Université de Paris VIII (1993) e doutorado em Géopolitique – Université de Paris VIII (1999). Atualmente é professor adjunto da Universidade Federal da Bahia (UFBA). Tem experiência na área de Geografia, atuando principalmente nos seguintes temas: pesca artesanal, manejo de recursos naturais, impactos ambientais, organização social, reserva extrativista.

Introdução

As conquistas da mulher em relação à sua inserção no mercado de trabalho trouxeram novas questões e reflexões sobre a produção do espaço. Contudo, em comunidades pesqueiras tradicionais, o trabalho da mulher ainda é marcado pela invisibilidade e pela falta de reconhecimento na categoria.

A atividade pesqueira é tida como uma prática essencialmente masculina. Na realidade existe uma divisão social do trabalho por gênero, nas comunidades pesqueiras, e muitas mulheres sobrevivem da pesca, geralmente da mariscagem, mesmo sendo esta uma atividade de menor prestígio dentro da pescaria. Estas mulheres têm nos mangues costeiros o seu espaço de trabalho e fonte de subsistência devido, em parte, à sua exclusão da pesca em alto mar.

A mariscagem é, assim, atividade predominantemente feminina. Pode ser considerada pesca artesanal, pois se caracteriza por uma pesca de baixo impacto ambiental, realizada através de instrumentos rudimentares muitas vezes confeccionados pelas próprias marisqueiras. A diferenciação entre pescadores e marisqueiras se dá porque o uso do espaço é diferente nas distintas artes de pesca. No entanto, a mulher também participa da cadeia produtiva da pesca realizada por homens, pois cabe a ela tratar o pescado trazido do mar e, muitas vezes, comercializá-lo nas feiras, além de confeccionar parte dos instrumentos e preparar a alimentação que vai a bordo.

Assim, identifica-se que, na pesca artesanal, a mulher sempre exerceu papel importante, tanto na cadeia produtiva pré e pós-captura como atuando como pescadora e marisqueira. Elucidar o papel da mulher na cadeia produtiva da pesca artesanal é fundamental para que haja reconhecimento, visibilidade e valorização do trabalho feminino na atividade pesqueira.

Desse modo, esta pesquisa visou refletir sobre o trabalho da mulher enquanto pescadora artesanal. Nesse contexto, a família assume extrema importância na organização do modo de produção nas comunidades pesqueiras. Para tanto, foi analisada a organização social das comunidades pesqueiras do município de Canavieiras-BA, por meio da observação e do registro do trabalho da mulher na pesca artesanal nestas. Nota-se

que, na pesca artesanal, o trabalho é marcado por diferenças de gênero, como será detalhado a seguir.

Objetivo

O principal objetivo desta pesquisa foi caracterizar e analisar a produção das mulheres na atividade pesqueira, na cadeia produtiva pré e pós-captura, bem como na sua atuação como marisqueira, no intuito de promover visibilidade e valorização da participação feminina nas relações de trabalho na pesca artesanal.

Metodologia

A opção por um método bem como por distintos procedimentos metodológicos utilizados na pesquisa demonstra as afinidades quanto às concepções de mundo e experiências de vida da pesquisadora. Afinal, o método científico está intrinsecamente relacionado com a visão de mundo do pesquisador. Deste modo, nesta pesquisa, buscou-se uma análise comprometida com o desmantelamento de uma ciência que se diz neutra e objetiva, mas que, de fato, sempre tomou o homem branco e ocidental como sujeito universal, assumindo, portanto, a perspectiva feminista na construção da ciência.

Quanto aos procedimentos metodológicos, primeiramente, foi realizado o levantamento de dados bibliográficos e a pesquisa de dados secundários em órgãos públicos como o Instituto Brasileiro do Meio Ambiente e dos Recursos Naturais Renováveis (IBAMA), o Instituto Chico Mendes para Biodiversidade (ICMBio), o Instituto Brasileiro de Geografia e Estatística (IBGE), a Secretaria de Políticas para as Mulheres da Bahia (SPM), a Bahia Pesca – empresa vinculada à Secretaria de Agricultura, Irrigação e Reforma Agrária da Bahia –, bem como em instituições de pesquisa e ensino e organizações não governamentais (ONGs) que atuam na área pesquisada.

Também foram coletados dados a partir da participação em eventos que debatiam os temas tratados nesta pesquisa, tais como seminários, encontros e discussões estaduais e nacionais sobre pesca artesanal e sobre gênero, promovidos tanto por organizações institucionais quanto por organizações sociais da pesca.

Foram realizados três trabalhos de campo, ao longo de 2012, que foram estruturados de modo que, enquanto pesquisadora e mãe, eu pudesse cumprir com as

atividades reprodutivas de amamentação. Assim, na primeira campanha, em janeiro de 2012, foram visitadas apenas as comunidades mais próximas que possibilitassem o retorno duas vezes ao dia ao lar. A segunda, em março de 2012, foi para participar de um encontro de pescadoras ocorrido na cidade. Nesta campanha, foram realizadas entrevistas com as participantes e as organizadoras do evento. A terceira campanha, em junho de 2012, visou cobrir as lacunas das campanhas anteriores, com visitas às comunidades mais distantes e a órgãos públicos, a aplicação de questionários, a realização de entrevistas e a participação em reuniões.

A escolha das pescadoras e pescadores entrevistados foi aleatória. As entrevistas foram estruturadas, por sexo, com questões abertas, de modo a captar a opinião dos entrevistados. Também foram entrevistadas lideranças comunitárias e representantes dos órgãos públicos locais. Já os questionários foram estruturados de maneira que os entrevistados escolhessem alternativas de respostas no intuito de levantar dados quantitativos sobre a qualidade de vida das pescadoras. A maior parte das entrevistas foi gravada, possibilitando a transcrição integral dos depoimentos.

Discussões e Resultados

Gênero, Trabalho e Pesca Artesanal

Discutir gênero e trabalho em uma perspectiva feminista implica em assumir que o termo “trabalho feminino” é marcado por uma polissemia que se confunde, muitas vezes, com funções domésticas, com cuidado com os membros da família e, mesmo, com ofícios coletivos atribuídos por séculos às mulheres como uma função natural (MATOS; BORELLI, 2012).

Por certo, as mulheres têm conquistado maior participação nas diversas áreas do mercado produtivo. Diante das mudanças nos padrões comportamentais contemporâneos, as mulheres adotam diversas estratégias de conciliação entre as funções domésticas e as funções das atividades profissionais. De fato, nos últimos anos, tem havido um aumento exponencial no número de mulheres presentes no mercado de trabalho formal, inclusive em cargos que, até o final do século XX, eram exclusivamente masculinos. Contudo, esta inserção começou com trabalhos que, muitas vezes, eram realizados pelas mulheres em suas casas, como

lavar roupa e fornecer refeições diárias para terceiros. Deste modo, as mulheres reproduziam no mercado de trabalho as atividades comuns às funções domésticas (MATOS; BORELLI, 2012).

O aumento da contribuição feminina no orçamento familiar e o fato de a chefia de domicílios ser liderada cada vez mais por mulheres podem indicar que há uma sobrecarga de afazeres, tendo em vista que estas são responsáveis ainda pelas tarefas domésticas, o que lhes confere um cotidiano de “dupla jornada” bem conhecido pelas mulheres. Sendo assim, falar do trabalho das mulheres é também falar de trabalho doméstico, pois este faz parte de sua realidade cotidiana. Para a mulher, a vivência do trabalho implica na combinação destas duas esferas. A permanência da responsabilidade feminina pelos afazeres domésticos e cuidados com filhos e idosos indicam a continuidade de modelos familiares tradicionais que sobrecarregam as novas trabalhadoras (BRUSCHINI, 2007).

Para Montali (2004), os novos arranjos do processo de reestruturação produtiva, como a diminuição e a precarização dos postos de trabalho, fragilizam os rearranjos familiares de inserção no mercado de trabalho, alterando a participação feminina neste espaço. Ainda para a autora, há uma diminuição nas taxas de participação e de ocupação dos chefes masculinos e dos filhos, enquanto as das mulheres têm aumentado, inclusive das cônjuges, configurando rearranjos distintos nos diferentes momentos da vida familiar. Segundo Garcia:

A redefinição do trabalhador social, junto da precarização das formas de trabalho e o fenômeno do desemprego estrutural são realidades do nosso tempo, que se expressam sob um padrão de gênero predeterminado na sociedade ocidental, fundamentado no sistema de dominação-opressão do gênero feminino (2004, p. 143).

Assim, mesmo quando as mulheres ocupam espaço em profissões tidas como masculinas, pela sua construção histórica e pela definição de pré-requisitos tidos como masculinos (força, resistência e liderança), a sua força de trabalho é concebida como inferior e há diferenças salariais para o mesmo cargo. Apesar das diferenças entre classes sociais, a responsabilidade última pela casa e pelos filhos é atribuída às mulheres e quando estas recebem um salário mais alto, contratam serviços para as tarefas no lar que lhes corresponderiam enquanto mulher (CHIES, 2010).

Portanto, há desigualdades de gênero intrínsecas no âmbito da família, no que se refere à realização do trabalho doméstico. Na sociedade atual, os afazeres domésticos ainda se constituem como uma tarefa das mulheres, embora se tenha observado um pequeno aumento da participação masculina nestas atividades, nos últimos anos (SOARES, 2008).

Nesse sentido, Hirata e Kergoat (2007) propõem uma evolução dos modelos atuais que organizam as relações entre as esferas doméstica e profissional a partir da análise crítica da “conciliação” de tarefas, indicando o aparecimento de um novo modelo: o da “delegação” dos trabalhos domésticos. Segundo as autoras, ao invés de se utilizar este conceito para questionar a estrutura salarial do trabalho, fala-se em termos como “dupla jornada”, “acúmulo” ou “conciliação de tarefas” como se fosse apenas um apêndice do trabalho assalariado.

Desse modo, as autoras afirmam que a externalização do trabalho doméstico tem uma função de apaziguamento das tensões na vida dos casais de classe média e alta, que têm condições de arcar com os custos desta externalização. Para tanto, o recurso é o de “delegação” das tarefas domésticas para outras mulheres em situação precária, imigrantes, pobres e sem instrução para adentrar o mercado de trabalho formal:

As razões dessa permanência da atribuição do trabalho doméstico às mulheres, mesmo no contexto da reconfiguração das relações sociais de sexo a que se assiste hoje, continuam sendo um dos problemas mais importantes na análise das relações sociais de sexo/gênero. E o que é mais espantoso é a maneira como as mulheres, mesmo plenamente conscientes da opressão, da desigualdade da divisão do trabalho doméstico, continuam a se incumbir do essencial desse trabalho doméstico, inclusive entre as militantes feministas, sindicalistas, políticas, plenamente conscientes dessa desigualdade (HIRATA; KERGOAT, 2007, p. 607).

O fato é que as mulheres ainda se sentem as principais responsáveis pelos filhos e os familiares, de modo geral. Assim, cada vez mais, as mulheres dependem de escolas e creches para deixar seus filhos e poder trabalhar. No caso das famílias de pescadoras e camponesas, estas ainda dependem de laços de solidariedade entre familiares e vizinhos para os cuidados com os filhos. Deste modo, percebe-se que, na pesca artesanal, há uma articulação entre produção e reprodução, uma influência mútua entre as duas esferas que se perpetua e repercute na estruturação das famílias.

Destaca-se o arranjo peculiar entre a produção do pescado e a forma como as famílias se organizam para se reproduzir alterando a dinâmica das comunidades pesqueiras a todo instante. A produção do espaço em comunidades pesqueiras é determinada pelo modo como homens e mulheres produzem sua existência por meio do trabalho na pesca artesanal. Por certo, as pescadoras não têm condições de pagar outra pessoa para cuidar de seus filhos e, deste modo, essas mulheres, de fato, conciliam a pescaria com os afazeres domésticos.

Assim, faz-se necessário analisar gênero e trabalho em uma perspectiva integradora, analisando a produção e a reprodução conjuntamente. Segundo Scheffler (2002, p. 28), no âmbito da exploração familiar, “as fronteiras entre trabalho doméstico não remunerado e o trabalho remunerado, dentro e fora de casa, são extremamente permeáveis”. No caso da mariscagem, este trabalho é feito em alternância com as atividades domésticas, realizado, muitas vezes, por vários membros da família como, por exemplo, os filhos.

Dessa forma, o modo de produção familiar das comunidades pesqueiras se aproxima da produção na agricultura familiar. Mesquita e Mendes afirmam que:

A reprodução social e cultural dos/as produtores/as familiares se constitui em um processo dinâmico que se dá em meio às transformações, adaptações, mudanças e permanências, as quais são viabilizadas pelas estratégias geradas por esses indivíduos (2012, p. 7).

Entre essas estratégias, destaca-se o trabalho da mulher que, muitas vezes, é visto como uma extensão do seu papel de mãe/esposa/dona de casa que se superpõe à atividade pesqueira. Algumas vezes, as próprias mulheres não reconhecem seu trabalho, considerando-o apenas como ajuda. Assim, as atividades realizadas em terra são consideradas menos importantes ou de menor prestígio pelos pescadores. Para Alencar:

Estas atividades são consideradas como menos importantes por duas razões. Primeiro, por ocorrerem em terra, longe dos perigos e das intempéries do mar; segundo, por estarem mais voltadas para a reprodução e manutenção do cotidiano familiar, para a reprodução das rotinas. Essas atividades ocorrem dentro de um espaço temporal cíclico, que é o da reprodução, e se opõe ao tempo linear da produção (ALENCAR, 1993, p. 67).

O beneficiamento do pescado ocorre na casa das pescadoras e, mesmo acrescentando valor ao produto final, algumas vezes, é tido pelos pescadores e

pescadoras como uma extensão das tarefas domésticas, uma vez que é realizado no domicílio das pescadoras. O mesmo ocorre com a confecção e o reparo de material para a pesca. Desta forma, percebe-se que o trabalho feminino dá suporte à pesca e possibilita a venda do pescado, que é comercializado mais caro depois de ser tratado pelas mulheres. Como dito anteriormente, algumas vezes, este trabalho não é reconhecido nem pelas próprias pescadoras nem pelos seus maridos e muito menos pelas políticas públicas e/ou do governo para o setor pesqueiro.

Alencar afirma que a participação das mulheres em atividades de pesca ocorre em um espaço definido simbolicamente como principalmente masculino e o eixo da articulação é a organização do trabalho familiar. Para a autora:

A família, enquanto uma unidade de produção e de consumo, enquanto uma totalidade, está centrada em fortes valores como a cooperação e a solidariedade entre seus membros. Tais valores são necessários para a sua continuidade enquanto grupo e para a realização de um projeto de vida. (1993, p. 74).

As comunidades pesqueiras, em sua organização, têm a família como um importante núcleo produtivo tanto no que tange às relações de trabalho como também às relações sociais cotidianas. A família pode ser definida, de maneira básica, como um grupo de pessoas com ancestralidade comum, pessoas ligadas por casamento, filiação, adoção ou laços de afeto. De fato, é a articulação de relações de gênero e de gerações entre pessoas com uma vida em comum. As famílias contemporâneas vêm se transformando, em diversos aspectos, mas, tradicionalmente, as relações estabelecidas entre os sexos e gerações são desiguais.

Entende-se família como uma unidade de caráter social, religioso, econômico, fundamentado em um grupo de afetividade e companheirismo, unidade esta que, ao longo da história, assumiu papéis distintos e correspondentes a ideologias vigentes em cada época, sendo regulada, sobretudo, pelo Estado e pela Igreja. Ainda hoje, temas centrais quanto à reprodução são regulados por estas instituições. De fato, as alterações nos padrões comportamentais das famílias têm provocado alterações nos arranjos familiares e é inegável o papel da difusão dos meios contraceptivos para as mulheres, que têm optado pela diminuição significativa do número de filhos. Isto se reflete nas

diversas camadas da sociedade, inclusive nas populações tradicionais, como as comunidades pesqueiras.

A partir das entrevistas de campo, constatou-se que a média de filhos das pescadoras entre 60 e 70 anos é maior que cinco filhos por mulher. Uma senhora desta faixa etária, afirmou ter tido 16 filhos. Já a média de filhos das pescadoras entre 20 e 30 anos é menor que um filho por mulher, pois muitas entrevistadas não tinham filhos. De todas as mulheres entrevistadas nesta faixa etária, nenhuma possuía mais de dois filhos. Percebe-se que valores modernos quanto à estrutura das famílias com um número menor de pessoas se fazem presentes também nas famílias de pescadoras.

Desse modo, as transformações no casamento e na família se refletem nos arranjos domiciliares. Antigamente, um grande número de filhos era garantia de força de trabalho para o sustento da família. Hoje em dia, filhos não são mais (tão) produtores. As famílias preferem um número menor de filhos e os têm como investimento a longo prazo, buscando melhorias na qualidade de vida a partir da profissionalização dos filhos, que tem sido prioridade para grande parte das famílias.

A maioria das pescadoras idosas não teve a oportunidade de estudar; hoje, porém, os pais são incentivados a manter seus filhos na escola pelo programa do Governo Federal chamado “Bolsa Família”, que dá uma cota em dinheiro para cada filho matriculado em escola pública. A crescente inclusão da categoria pescador nos avanços trabalhistas – por meio das colônias e associações, de vários seguros (defeso, doença, aposentadoria) – também contribui para que os filhos das pescadoras estudem mais. Contudo, mesmo com o aumento de crianças nas escolas, faltam creches e escolas primárias nas comunidades do município de Canavieiras.

Na pesca artesanal, os laços afetivos dos membros familiares ligados à necessidade de sobrevivência das famílias articulam as relações de produção pesqueira, principalmente no que tange ao beneficiamento do pescado. Há influências recíprocas na estruturação das atividades produtivas da pesca e na estruturação das famílias. Tais influências são mediadas por estratégias de produção e reprodução no núcleo familiar. Entre estas estratégias, está o trabalho feminino, que contribui de maneira significativa para a sobrevivência do grupo

familiar. Isto posto, adiante será detalhado o trabalho da mulher na família e a sua participação na cadeia produtiva da pesca.

As etapas da cadeia produtiva da pesca e as implicações na saúde das pescadoras

As mulheres pescadoras não são apenas as principais responsáveis pelas atividades de manutenção do núcleo familiar, mas desempenham um papel fundamental no trabalho da família relacionado à pesca artesanal. Sendo assim, elas possuem uma significativa importância na dinâmica da unidade de produção, interferindo diretamente nas diferentes esferas de atuação, produtiva e reprodutiva.

Assim, cabe discutir o trabalho feminino e a sua articulação direta na vida das famílias e da comunidade para o entendimento do trabalho familiar na pesca artesanal. Neste âmbito, as mulheres, historicamente responsáveis pelas funções reprodutivas, cuidados com a casa e os filhos, cada vez mais assumem papel nas funções produtivas para o sustento da família. No caso da pesca artesanal, a relação entre família e trabalho é fundamental para a compreensão da dinâmica destas comunidades.

A distinção das atividades e dos espaços se dá de acordo com os gêneros. O mar é um espaço quase exclusivo dos homens assim como as atividades deste espaço. Nas entrevistas com pescadores, a maioria afirma que o trabalho no mar é perigoso e o serviço pesado, que as mulheres têm atividades específicas em terra, como beneficiar o pescado, filetar camarão e lagosta e descamar os peixes. Alguns afirmam que pescar não é serviço de mulher, por ser complicado passar tanto tempo fora. Poucos dizem conhecer mulheres que pescam em alto-mar, admitem que são raras e afirmam que é preciso coragem.

Desse modo, confirma-se que coube à mulher as atividades do espaço doméstico que dão suporte à pesca e às atividades realizadas nos espaços estuarinos. A relação com os meios de produção – instrumentos baratos, embarcações modestas – e a (relativa) pouca distância da casa ao manguezal permitem a divisão do tempo entre maré e lar, o que possibilita conciliar as atividades produtivas e reprodutivas. Ademais, de fato, a categoria da pesca artesanal é menos prestigiada assim como a atividade dos homens catadores de caranguejos,

por serem realizadas nos estuários, longe das intempéries do mar.

De fato, o trabalho familiar desenvolvido pela mulher conjuntamente com os outros membros da família é uma estratégia de sobrevivência familiar que produz e se reproduz no espaço, alterando a dinâmica das comunidades pesqueiras. Por certo, a divisão do trabalho se reproduz e cabe às crianças mulheres ajudarem suas mães desde cedo. Deste modo, as meninas são encarregadas de tarefas e responsabilidades que comumente caberiam às mulheres, como os cuidados com a casa, enquanto os meninos são encarregados, desde cedo, das tarefas realizadas fora de casa. Segundo Alencar:

Enquanto os homens possuem um tempo unicentrado na pesca, as mulheres possuem um tempo fragmentado, marcado pela superposição de tarefas. Nesse sentido, pensar o trabalho da mulher é pensar as formas como organiza seu tempo, pelo estabelecimento cultural da relação do tempo de trabalho com os tempos de seu corpo, do ciclo de vida de seus filhos e com os tempos sociais do trabalho produtivo (1993, p. 76).

Ademais, o cotidiano de tempos alternados de trabalho também é estabelecido em lugares distintos de trabalho. A casa, a rua, o manguezal se tornam múltiplos espaços de uso, de produção e reprodução das construções sociais, na pesca artesanal. Neste sentido, Rios e Germani (2012, p. 16) chamam a atenção para a relação entre os diversos ambientes de terra e água “não somente no sentido de utilização prática dos ambientes para o desenvolvimento de suas atividades, mas também pelas diversas relações estabelecidas entre estes e a comunidade”.

Essas relações podem ser percebidas no cotidiano das comunidades. Por exemplo, quando a maré alta é à tarde, de manhã, antes de amanhecer, ouvem-se as primeiras mulheres saindo para mariscar. Por volta do meio dia, mulheres e crianças retornam com baldes cheios de mariscos. À tarde, as portas das casas estão abertas; muitas mulheres catam o marisco nas varandas e nas calçadas em frente às casas. Materiais de pesca, como redes expostas nas ruas e peixes secando ao sol, e outros hábitos caracterizam a rotina das comunidades pesqueiras. O modo de vida das pescadoras se estrutura de acordo com o modo de produção na pesca artesanal.

Desta forma, na mariscagem, a primeira etapa do trabalho é separar o material necessário e se deslocar até os manguezais. A maior parte do equipamento utilizado

é próprio e confeccionado pelas pescadoras. Elas utilizam como materiais: facão, anzol, pau para quebrar a carapuça, luva, sapato, calça, blusa de manga comprida e capote para se proteger das muriçocas e outros insetos no manguezal, além de balde ou balaio para transportar o marisco. O deslocamento é feito a pé e, algumas vezes, de canoa, também. As mulheres, muitas vezes, percorrem trajetos de vários quilômetros expostas ao sol, o que implica em um esforço físico considerável que pode afetar diversos membros do corpo.

Em seguida, essas mulheres identificam a área de coleta do marisco, algumas vezes olhando, outras vezes com as mãos. Para tanto, elas adotam dois (principais) tipos de posturas, a saber: em pé, com a coluna dobrada, e de joelhos, com a coluna dobrada, posturas que implicam em problemas na saúde das mulheres, em especial, na área da coluna.

Ao longo da coleta do marisco, as pescadoras lavam as conchas em uma peneira para a retirada da areia dos mariscos, depois os colocam em baldes e levam até as sacas maiores que servem para transportá-los. Esta é a próxima etapa: o transporte do marisco. As mulheres carregam os mariscos em sacas, na cabeça, e em baldes, nos braços, ou no carrinho de mão, até suas casas. Geralmente, as mulheres carregam de 4 a 5 kg de marisco em cada balde. Muitas vezes, o peso da saca ou do balde maior é de 40 kg em cada ida ao manguezal (SEIXAS; GOMES; MARTINS, 2011), e isto demonstra quão dura é esta atividade. Tamanho esforço físico implica em problemas na coluna e nos membros inferiores e superiores do corpo.

Ao chegarem a suas casas, essas mulheres iniciam mais uma etapa da cadeia produtiva. Além da coleta dos recursos, elas realizam, também, o beneficiamento e a venda do produto. No beneficiamento, as pescadoras fervem o marisco para poder catá-los em seguida, o que também traz risco à saúde da pescadora, afetando diversas partes do corpo. Geralmente, esta fervura leva cerca de uma hora e é realizada em fogões a lenha. Muitas vezes, são as próprias pescadoras que cortam e carregam a lenha utilizada. Em alguns casos, não há fogão e a fervura é feita na fogueira. Esta etapa pode ocasionar problemas respiratórios e de visão, por causa da fumaça, além de queimaduras.

A próxima etapa do beneficiamento do marisco consiste em retirar o marisco de dentro da concha e a carne de dentro da casca limpando um a um, com as mãos, quebrando a carapuça dos siris, caranguejos, aratus e abrindo a concha de moluscos como a ostra. Isto é o que as pescadoras chamam de “catar” o marisco, ou seja, debulhá-lo.

Essa etapa, como as outras, também acarreta problemas para a saúde das mulheres. Para catar o marisco, elas repetem o mesmo movimento com os dedos e punhos milhares de vezes, o que pode ocasionar, segundo Martins (2011), lesão por esforço repetitivo (LER). Depois de fervido e catado, o marisco é embalado em sacos plásticos transparentes que comportam, em média, 1 kg de marisco catado. Após este processo, a próxima etapa é armazenar o marisco para refrigeração.

Como visto anteriormente, a atividade de mariscagem envolve diversas etapas que, em síntese, são: a) preparo dos equipamentos para o desenvolvimento da atividade; b) deslocamento para o manguezal; c) deslocamento dentro do manguezal; d) coleta; e) transporte; f) limpeza; g) cozimento; h) catação; e i) armazenamento do marisco. O tempo para cada atividade varia de acordo com a família e a comunidade. É um trabalho duro, em que as mulheres ficam expostas ao sol e por longos períodos na água, com posturas inadequadas e repetição prolongada dos mesmos movimentos, o que as expõe a inúmeros riscos no exercício de sua profissão.

Percebe-se, assim, que as pescadoras estão sujeitas a adquirir diversas doenças no exercício de sua profissão, inclusive doenças ocupacionais em decorrência de seu trabalho como pescadoras. Elas necessitam de auxílios e benefícios da previdência social para se manterem enquanto estão afastadas do trabalho. Nos casos das doenças mais graves, a recuperação pode levar meses ou resultar em aposentadoria por invalidez. Muitas vezes, as mulheres idosas, apesar da aposentadoria, continuam precisando trabalhar e, como não conseguem mais ir para os manguezais, trabalham exclusivamente no beneficiamento do pescado.

Ademais, muitas marisqueiras são chefes de família e garantem, portanto, sozinhas, o sustento da casa, mesmo quando elas vivem junto com o marido ou companheiro. Mesmo as marisqueiras que não são responsáveis diretamente pela alimentação da família e pelo suprimento de suas necessidades básicas, investem os

ganhos gerados com a venda dos mariscos em melhorias da habitação, vestuário, pagamento de contas, compra de outros alimentos e, principalmente, na educação dos filhos. Percebe-se que as marisqueiras casadas têm o apoio do companheiro para exercer a sua profissão, pois a maioria deles é formada por pescadores, filhos de marisqueiras ou mesmo por aqueles que acompanhavam suas mães, na infância, na ida ao manguezal. Eles também são cientes da importância da mulher na renda familiar.

Por certo, a maioria dos pescadores e pescadoras se iniciam na profissão desde cedo, por acompanharem os pais na pescaria. De fato, a falta de creches e escolas em período integral faz com que as mães não tenham onde deixar os filhos, tendo que levá-los para a pescaria. Assim, as crianças se divertem e aprendem um ofício.

Nota-se que a participação das crianças na pesca artesanal tem caráter de aprendizado de um ofício sem a conotação atribuída ao trabalho infantil, pois, neste caso, as crianças têm a possibilidade de brincar e se divertir, além de seu trabalho não propiciar lucro efetivo para as famílias ou ser fundamental para a sobrevivência das mesmas. Ademais, as crianças estão junto de seus familiares e não estão expostas a maus tratos nem a condições precárias, como ocorre no trabalho infantil.

Desse modo, a mariscagem e as demais atividades da pesca artesanal, por seu caráter de transmissão de conhecimento de mãe para filho, podem ser consideradas uma tradição e, enquanto tradição, podem ser entendidas como manifestação cultural para as famílias que vivem desta atividade (SANTANA; SERPA, 2007). Essa manifestação cultural está associada à identidade assumida a partir de suas experiências cotidianas com a pesca.

Essas experiências cotidianas estão assentadas em um modo de produção que é estabelecido por meio de laços e vínculos de solidariedade entre familiares, vizinhos e amigos próximos, que tratam o pescado em conjunto, dividindo o trabalho e, também, os lucros. No trabalho das mulheres pescadoras, percebe-se que as tarefas de beneficiamento e reparo de materiais são realizadas em conjunto com a família.

Constata-se, desta forma, que o trabalho não cessa: dia e noite as pescadoras estão a realizar as etapas da cadeia produtiva da pesca. Muitas vezes, este trabalho é

realizado em condições precárias, do ponto de vista de segurança do trabalho e de condições de higiene, o que será melhor detalhado a seguir.

Condições de trabalho e rendimento das pescadoras em Canavieiras

De fato, a iniciação das mulheres na pesca desde a infância está diretamente ligada à necessidade de as famílias se proverem. A maioria das entrevistadas afirma não ter outra oportunidade de renda e ter a pesca como única alternativa. No entanto, as pescadoras precisam de melhores condições de trabalho que compreendem, basicamente, material para pescar e local apropriado e específico para beneficiar o pescado.

Deste modo, é necessário melhorar as condições de higiene, o que seria possibilitado com a infraestrutura de cozinhas que atendessem aos padrões de produção de alimento de cozinhas industriais, cumprindo as exigências mínimas estabelecidas pela vigilância sanitária.

No entanto, não basta equipar as cozinhas nas casas das marisqueiras, pois isto perpetuaria o mesmo modelo segregador e opressor que mantém as mulheres em casa e na cozinha. É importante, portanto, a construção de pequenas unidades de beneficiamento, no caminho do manguezal à casa, que possibilitem o beneficiamento do marisco em condições adequadas e, mais que isto, propiciem a socialização das pescadoras a partir de um local de encontro, trabalho e discussão por parte das mesmas.

Essa possibilidade de produção regulamentada pode ser incentivada e organizada por meio de cooperativas, o que daria condições, também, de certificar os produtos. Para Cavalcanti (2011), a conquista do selo de certificação de qualidade destes produtos e a sua divulgação, de modo a valorizar a forma como é produzido, obedecendo ao período de defeso e respeitando a dinâmica natural dos ecossistemas, seria de extrema importância para as comunidades pesqueiras. Ainda para a autora, que realizou estudos em Canavieiras, os próprios extrativistas desejam a criação de uma cooperativa, o que promoveria a organização do grupo, assegurando os direitos de seus associados ao estabelecer diretrizes e metas para o beneficiamento e a comercialização sustentável, justa e igualitária dos produtos.

Isso seria possível com a construção de pequenas unidades de processamento que dispusessem do material apropriado para o beneficiamento, como fogão com chaminé, pia e bancada para catar o marisco, *freezer* para o armazenamento, cadeiras especiais que possibilitem o trabalho com diminuição dos esforços ergonômicos, isolamento do local com telas, para diminuir a incidência de insetos no marisco e, é claro, um local anexo onde as crianças possam brincar. Afinal, como dito anteriormente, estas mulheres não têm onde deixar seus filhos para trabalhar.

Uma necessidade constante das pescadoras e pescadores, em geral, é armazenar o produto. A maioria das pescadoras não conta com *freezer* e guarda o produto na geladeira de casa, o que, muitas vezes, não possibilita o seu congelamento, restringindo sua validade mesmo na geladeira. Há ainda comunidades sem energia elétrica, onde as mulheres dependem de gelo para guardar o pescado, o que implica em riscos para a garantia da qualidade do produto.

Diante da dificuldade de armazenar o produto, comercializá-lo de imediato é crucial para a garantia de renda, já que as pescadoras não têm como estocá-lo. Assim, estas mulheres dependem de compradores que vão à porta de sua casa, conhecidos pelas pescadoras como atravessadores. Eles pagam abaixo do preço de mercado, mas, no momento, representam a possibilidade de escoamento do produto diante da dificuldade de

armazenamento do pescado. Algumas entrevistadas afirmam levar para vender na cidade e entregar na casa de compradores previamente estabelecidos.

Contudo, nem sempre as mulheres têm pescado em casa para comercializar. A atividade de mariscagem é sujeita também às condições meteorológicas e ao regime das marés. Em algumas épocas do ano, as marisqueiras dizem ser bem difícil mariscar, como no período das chuvas, diminuindo, assim, sua renda. As condições de trabalho são insalubres, na maioria das vezes, o que expõe as pescadoras a diferentes riscos ao longo da cadeia produtiva do pescado.

Assim, a saúde da mulher pescadora é um tema de grande interesse para essas mulheres que, frequentemente, estão expostas a riscos, que podem ocasionar diversas doenças (Tabela 1), e que podem ser biológicos – vírus, bactérias, fungos, protozoários, ovos e larvas de vermes – associados à falta de saneamento e à poluição orgânica dos manguezais e das praias. Há, também, os riscos químicos que abrangem: exposição aos fumos e monóxido de carbono/queima de lenha para pré-cozimento de mariscos, uso de querosene e óleo diesel como repelente de mosquitos e exposição a produtos químicos originários de indústrias próximas. Por fim, a atividade envolve os riscos ergonômicos: esforço físico, movimentos repetitivos, esforços repetitivos e ausência de pausas que ocasionam LER.

Tabela 1 – Tipos de riscos e possíveis doenças que acometem as marisqueiras

TIPOS DE RISCO	POSSÍVEIS DOENÇAS
Riscos biológicos: vírus, bactérias, fungos, protozoários, ovos e larvas de vermes	Doenças infecciosas e parasitárias, como tuberculose, leptospirose, tétano, dengue, hepatite A, rinite, candidíase, verminoses, amebíases
Riscos químicos: exposição aos fumos e monóxido de carbono/queima de lenha para pré-cozimento de mariscos, uso de querosene e óleo diesel como repelente de mosquitos, exposição a produtos químicos originários de indústrias próximas	Doenças pulmonares e respiratórias, problemas dermatológicos como câncer de pele
Riscos ergonômicos: esforço físico, movimentos repetitivos, esforços repetitivos e ausência de pausas	Ocasionam LER

Fonte: Palestra da REDE

Diversos estudos sobre a saúde da mulher pescadora têm sido desenvolvidos, no âmbito da saúde ocupacional e,

dentre eles, vale destacar duas publicações do governo, uma Federal e outra Estadual, respectivamente, “Saúde

no trabalho das pescadoras marisqueiras” (SEIXAS; GOMES; MARTINS, 2011) e “Guia de orientações para identificação de casos de LER/DORT em pescadoras artesanais” (MARTINS et al., 2011) os quais, apesar da baixa tiragem e distribuição de exemplares, são de grande utilidade, por detalharem a jornada de trabalho da marisqueira e suas implicações na saúde das mulheres pescadoras.

Cabe explicitar melhor os riscos e as diversas doenças ligadas à saúde ocupacional das pescadoras. Durante a coleta do marisco, as mulheres ficam em determinadas posturas que prejudicam a coluna. O transporte do marisco até em casa também traz riscos à coluna. As mulheres carregam vários baldes cheios de marisco, na cabeça, a pé, algumas vezes com carrinho de mão expostas a sol forte.

Durante a fervura do marisco, essas mulheres estão expostas a queimaduras, a problemas de visão (catarata e ceratite) e problemas respiratórios, causados pela fumaça da lenha. Por fim, ao catar o marisco, as mulheres fazem o mesmo movimento repetidamente o que pode ocasionar uma doença chamada lesão por esforço repetitivo (LER). Estas lesões acometem os membros superiores do corpo, notadamente punhos, mãos, cotovelos, ombros e coluna. Para cada membro citado, há vários tipos de inflamações e síndromes que podem acometer as pescadoras (MARTINS et al., 2011).

De fato, as condições de trabalho não são nada fáceis, o que reflete na condição de renda das pescadoras e influi, portanto, na qualidade de vida e nas condições socioeconômicas das famílias. Por fim, cabe explicitar melhor as condições de vida e rendimento destas mulheres que se baseiam em dados colhidos nas entrevistas e questionários aplicados junto às pescadoras das comunidades estudadas.

A maioria das mulheres afirmou ter renda de um a dois salários mínimos. Como dito anteriormente, as mulheres mais velhas não tiveram oportunidade de estudar e a grande maioria das entrevistadas possui o primeiro grau incompleto. Quase 40% das entrevistadas afirmaram ter como fonte de renda, além da pesca, programas sociais como Bolsa Família, Bolsa Verde¹ e Bolsa Escola², e

¹ Programa do Governo Federal para famílias que vivem em áreas de proteção ambiental.

² Programa do Governo Federal para famílias que mantêm seus filhos na escola.

25% das entrevistadas também recebem aposentadoria, mas ainda dependem da pesca para complementar sua renda.

Quanto às condições sanitárias das comunidades, estas deixam a desejar. Apenas a sede municipal e a comunidade de Atalaia têm rede de água e esgoto. Nas demais comunidades, as famílias dependem de água de poço e destinam seu esgoto em fossas fechadas. Da mesma forma acontece com o lixo: apenas a cidade de Canavieiras e a Ilha de Atalaia têm recolhimento de lixo. As demais comunidades, geralmente, queimam os dejetos.

Destaca-se também a demanda por postos de saúde e ambulâncias, pois as entrevistadas afirmam faltar médicos nos locais de atendimento. Outra demanda é por postos de trabalho, principalmente para os mais jovens, que completam o segundo grau e chegam à fase adulta sem muitas perspectivas de trabalho além da pesca artesanal.

Nesse sentido, o poder público se faz ausente, não correspondendo às suas funções de formação e qualificação dos jovens. Uma ação do governo estadual, por meio da empresa Bahia Pesca, foi o desenvolvimento de um *kit* marisqueira e um equipamento de proteção individual (EPI) que merecem ser detalhados.

O *kit*, composto por uma bancada com pia e outra para catação, um fogão e jogo de panelas, ao manter a mulher em casa e na cozinha, dá continuidade à mesma lógica patriarcal de produção e reprodução. O trabalho em casa perpetua a invisibilidade da mulher na pesca artesanal, além de não proporcionar espaços de socialização e de discussão das pescadoras. Ademais, as marisqueiras merecem muito mais que um *kit* com fogão e panelas; merecem melhores condições de trabalho por meio da construção de pequenos centros de beneficiamento, como sugerido anteriormente.

Quanto ao Equipamento de Proteção Individual (EPI), este é composto por camisa de manga comprida, calça, boné, bota ou sapatilha emborrachada e luva. Estudos anteriores na região do Recôncavo baiano (FIGUEIREDO, 2010) mostram que as marisqueiras confeccionavam as próprias roupas de trabalho, o que demonstra a necessidade de um tipo de roupa apropriada para a pescaria. Assim, a confecção e distribuição de

roupas apropriadas para que as mulheres pesquem com segurança, afinal estão expostas a condições insalubres, como dito anteriormente, representam um avanço para a categoria. As roupas utilizadas pelas marisqueiras serviram de modelo para que a empresa Bahia Pesca desenvolvesse o EPI para estas pescadoras. No município de Canavieiras, foram distribuídos os EPI, em parceria com a Secretária de Políticas para as Mulheres.

Apesar do avanço que representa a confecção do EPI para as marisqueiras, há limitações na qualidade deste material. Apenas a luva e a sapatilha são de um material conhecido como *neoprene*, muito usado em roupas de mergulho. O ideal é que toda a roupa seja confeccionada com este material, que garante flexibilidade, elasticidade, resistência e, principalmente, proteção térmica para as mulheres, que passam horas na água pegando o marisco. Esse material também garante proteção contra insetos e radiação solar. No entanto, é um material de alto valor comercial, o que dificulta o acesso por parte das pescadoras.

Considerações Finais

Os principais problemas enfrentados pelos trabalhadores da pesca artesanal são a falta de equipamentos adequados para o trabalho, de infraestrutura para o beneficiamento e armazenamento do pescado, além da falta de unidades de comercialização. Os investimentos em beneficiamento e comercialização do pescado beneficiariam diretamente as mulheres. Neste sentido, poderiam ser desenvolvidos programas com cursos de capacitação dos jovens e das mulheres no beneficiamento do pescado, além de condições técnicas de construir e gerir cooperativas de beneficiamento e comercialização do pescado, com certificação e inspeção dos órgãos competentes, proporcionando trabalho e renda para as comunidades pesqueiras.

Para tanto é importante o investimento em escolas que sejam promotoras de uma aprendizagem significativa que considere a conservação ambiental: uma escola que atenda às necessidades formativas e promova cursos técnicos voltados para o beneficiamento do pescado, ampliando as perspectivas de trabalho e, conseqüentemente, a qualidade de vida das pescadoras. Deste modo, a educação aparece como um instrumento capaz de dar autonomia às mulheres.

Ademais, as mulheres, por seu conhecimento e uso do espaço complementar ao dos homens, devem ter sua voz ouvida na formulação de leis e demais normas jurídicas. Ouvir a voz das mulheres é também reconhecer a especificidade de seu ofício com seu tempo e locais de trabalho e seu papel primordial na constituição da família, promovendo, no caso da pesca, sustentabilidade ambiental e também social.

Referências

- ALENCAR, Edna. Gênero e trabalho nas sociedades pesqueiras. In: FURTADO, Lourdes; LEITÃO, Wilma; MELO, Alex Fiuza de. *Povos das águas: realidade e perspectivas na Amazônia*. Belém: Museu Paraense Emílio Goeldi, 1993.
- BRUSCHINI, Maria Cristina Aranha. Trabalho e gênero no Brasil nos últimos dez anos. *Cadernos de Pesquisa*, v. 37, n. 132, p. 537-572, set./dez. 2007.
- CAVALCANTI, Aniram Lins. *A arte da pesca: análise socioeconômica da Reserva Extrativista de Canavieiras, Bahia*. Dissertação (Mestrado em Desenvolvimento Regional e Meio Ambiente) – Universidade Estadual de Santa Cruz, Ilhéus, BA, 2011.
- CHIES, Paula. Identidade de gênero e identidade profissional no campo do trabalho. *Revista de Estudos Feministas*, Florianópolis, v.18, n. 2, p. 507-528, maio/ago. 2010.
- FIGUEIREDO, Marina. *A mariscagem e a conservação dos manguezais na reserva extrativista marinha (Resex) da Baía do Iguape – BA*. Monografia (Graduação em Geografia) – Universidade Federal da Bahia, Salvador, 2010.
- GARCIA, Maria Franco. *A luta pela terra sob enfoque de gênero: os lugares da diferença no Pontal do Parapanema*. Tese (Doutorado em Geografia) – Faculdade de Ciência e Tecnologia de Presidente Prudente, UNESP, 2004.
- GARCIA, Maria Franco; THOMAZ JÚNIOR, Antonio. Gênero e território da luta pela terra na era do fim do emprego. *Revista de Desenvolvimento Econômico – RDE*, Salvador, v. 4, n. 7, 2002.
- HIRATA, Helena; KERGOAT, Danièle. Novas configurações da divisão sexual do trabalho. *Cadernos de Pesquisa*, v. 37, n. 132, set./dez. 2007.
- MARTINS, Vera Lucia et al. Guia de orientações para identificação de casos de LER/DORT em pescadoras artesanais-marisqueiras. *Bahia Pesca*, 2011.

MATOS, Maria; BORELLI, Andrea. Espaço feminino no mercado produtivo. In: PINSKY, Carla Bassanezi; PEDRO, Joana Maria (Org.). *Nova história das mulheres*. São Paulo: Contexto, 2012.

MESQUITA, Livia Aparecida Pires; MENDES, Estevane de Paula Pontes. Mulheres na agricultura familiar: a comunidade de Rancharia, Campo Alegre de Goiás (GO). In: ENCONTRO DE GEOGRAFIA AGRÁRIA, XXI. *Anais...* Universidade Federal de Uberlândia, Uberlândia, MG, 2012.

MONTALI, Lilia. Rearranjos familiares de inserção, precarização do trabalho e empobrecimento. *Revista Brasileira de Estudos de População*, Abep, v. 21, n. 2, p. 195-216, jul./dez. 2004.

REDE. *Relatório da Rede de Mulheres: capacitação e fortalecimento da rede de mulheres de comunidades extrativistas do sul da Bahia*. Realização Associação Mãe dos Extrativistas da RESEX Canavieiras (AMEX), 2011.

RIOS, Kassia Aguiar Norberto; GERMANI, Guiomar Inez. Pescadores e marisqueiras do distrito de Acupe – Santo Amaro (BA): saberes e práticas na construção dos territórios pesqueiros. In: ENCONTRO DE GEOGRAFIA AGRÁRIA, XXI. *Anais...* Universidade Federal de Uberlândia, Uberlândia, MG, 2012.

SANTANA, Marilu; SERPA, Angelo. Territorialização das manifestações culturais em bairros populares de Salvador: regatas e mariscagem. In: SERPA, Angelo (Org.). *Cidade popular: trama de relações sócio-espaciais*. Salvador: EDUFBA, 2007.

SCHEFLER, Maria de Lourdes. *Mulheres guardiãs da terra e da vida: um estudo de caso sobre o papel multifuncional da mulher na organização familiar*. Dissertação (Mestrado em Geografia) – Universidade Federal da Bahia, Salvador, 2002. SEIXAS, Jaqueline; GOMES, Thais; MARTINS, Yuri. *Saúde no trabalho das pescadoras marisqueiras: cartilha construída pelas pescadoras marisqueiras de Pernambuco e Paraíba – 2011*. Ministério da Pesca e Aquicultura: Fundacentro – Pernambuco, 2011.

SOARES, Cristiane. A distribuição do tempo dedicado aos afazeres domésticos entre homens e mulheres no âmbito da família. *Revista Gênero*, Niterói, v. 9, n. 1, p. 9-29, 2. sem. 2008.